



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

1 **ATA da 4ª Audiência Pública (Apresentação das Metas Fiscais do 1º Quadrimestre**
2 **de 2020) da 4ª Sessão Legislativa da 51ª Legislatura da Câmara Municipal de Macaé.**
3 Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de maio do ano de 2020 (dois mil e vinte), em Ambiente
4 Virtual, às dezessete horas, assumiu a Presidência o Vereador Eduardo Cardoso
5 Gonçalves da Silva (Dr. Eduardo) e convidou para compor a Mesa os Vereadores Marcel
6 Silvano da Silva Souza (Marcel Silvano) e Júlio César de Barros (Julinho do Aeroporto);
7 Sr. Luiz Carlos da Silva Cunha (Controlador Geral do Município); Sr. Deroce Barcelos
8 Alves (Subsecretário Municipal de Fazenda) e Sr. Cláudio Freitas Duarte (Contador da
9 Câmara Municipal de Macaé). O Sr. Presidente saudou todos, iniciando a Audiência
10 Pública para a apresentação das Metas Fiscais referentes ao Primeiro Quadrimestre de
11 dois mil e vinte. O Sr. Deroce saudou todos, dizendo que estão apresentando o Primeiro
12 Quadrimestre de dois mil e vinte, em cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, de
13 acordo com o artigo 9º, parágrafo 4º, em que o Poder Executivo tem que apresentar e
14 validar suas Metas Fiscais em cada quadrimestre, ou seja, fevereiro, maio e setembro.
15 Colocou que a receita realizada em junho de dois mil e dezenove teve o resultado de
16 0,68%, quinze milhões de reais, a maior receita prevista, a receita prevista foi de dois
17 bilhões trezentos e dezesseis milhões de reais e foram arrecadados dois bilhões trezentos
18 e trinta e dois milhões de reais. Explicou que, quando a Secretaria de Fazenda fez a
19 elaboração da previsão da receita em dois mil e dezenove para este exercício, estimou
20 uma receita a maior de 0,2% porque dois bilhões é muito dinheiro e Macaé está à frente
21 de muitas capitais. Lembrou que o mercado brasileiro recebe várias intempéries externas
22 e ficam reféns de serem surpreendidos por uma crise. Salientou que, desde dois mil e
23 treze, a arrecadação tem superado os dois bilhões de reais; em dois mil e dezoito e
24 dezenove, foram previstos e arrecadados dois bilhões de reais. Colocou que estão
25 mantendo, pois podem enfrentar uma crise interna e afetar a principal atividade
26 econômica, que são os royalties; isso vai na receita própria, é muito difícil fazer uma
27 receita neste país, então, buscam ter cautela. Informou que fizeram a previsão da receita
28 para dois mil e vinte em setembro de dois mil e dezenove, o cenário era outro e os números
29 eram positivos. Lembrou que o governo, em dois mil e dezenove, já projetava um PIB de
30 24% para este ano, o agronegócio estava crescendo, e os investimentos na bolsa com
31 excelente pontuação. Essa confiança no mercado fez com que Macaé sentisse uma
32 expectativa de evolução da atividade econômica, foi isso que fez com que mantivessem
33 os dois bilhões. Explicou que a pandemia foi um grande golpe econômico mundial que
34 atingiu o país, o estado e o município. Destacou que a economia do Brasil, foi divulgado
35 em abril que terá uma queda de 28,9%, valor de cento e um bilhões. Hoje saiu a notícia
36 de que a recessão está batendo na porta, o PIB (Produto Interno Bruto) já retraiu 1,2% em
37 março. Colocou que a projeção do orçamento do Estado do Rio de Janeiro, que é de
38 setenta e dois bilhões, já houve o reajuste de projeção para cinquenta bilhões; já perderam
39 quinze milhões, no ICMS onze bilhões e nos royalties quatro milhões. Falou que, em



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

40 Macaé, fizeram a revisão da receita em cumprimento da LRF 101/2000, artigo 8º,
41 parágrafo único, e artigo 3º; e através das estatísticas, tiveram que promover o
42 coronavírus, a receita, mas não estão mexendo na lei do orçamento, estão fazendo a
43 revisão da receita interna para as despesas se adequarem nos recursos financeiros que vão
44 entrar. Precisam trabalhar e gastar olhando o que vão arrecadar, por isso a LRF, no artigo
45 42, diz que o gestor, a partir do segundo quadrimestre, só pode gastar o que tem; passar
46 dívida para o outro governo, só se tiver dinheiro em caixa. Colocou que reduziram
47 dezenove percentuais de receita, o que equivale a quatrocentos e cinquenta e um milhões
48 de reais no orçamento. Colocou que já previram uma queda de 15,9%, cento e setenta e
49 nove bilhões em receitas ordinárias, o impacto disso foi a suspensão do IPTU; a queda do
50 ICMS para o Município, a estimativa é de 22%, o que dá sessenta e seis milhões; a queda
51 do ISS, estão prevendo 18,4%, cento e dois milhões de reais; e principalmente a queda
52 dos royalties de 36%, trezentos e sessenta milhões de reais. Disse que ainda não viram
53 uma política de reinvestimentos, mas viram a dos condicionamentos de plataforma,
54 fazendo aditivos de contratos, repactuando preços e há as interferências externas. Colocou
55 que a queda dos royalties influencia a receita ordinária, principalmente o ISS. Iniciou a
56 apresentação da receita do primeiro quadrimestre, que apresentou um equilíbrio na
57 receita, foi a menor de 1,2%, é um valor de dez milhões de reais; no primeiro quadrimestre
58 receberam sessenta milhões de reais, então, vislumbravam um futuro promissor, mas a
59 pandemia fez com que revissem a receita, e foi publicada essa redução, através de decreto,
60 no dia vinte e nove de maio de dois mil e vinte. Disse que fizeram um panorama da receita
61 no Brasil, no Estado e em Macaé, mas espera que, na próxima revisão da receita, o cenário
62 mude. Apresentou a Receita Bruta do Primeiro Quadrimestre: oitocentos e quarenta e sete
63 milhões de reais, uma diferença de 1,2% do previsto do arrecadado. Apresentou o
64 Desempenho do Previsto do Arrecadado. O Previsto de Recurso Próprio: quatrocentos e
65 quinze milhões de reais, e foram arrecadados trezentos e oitenta e um milhões de reais;
66 então, o previsto caiu 8,1%, foi a queda que aconteceu em abril do ICMS, e as taxas e o
67 IPTU teriam uma arrecadação muito boa, mas foi suspenso. Os Royalties tiveram um
68 excelente desempenho, com doze por cento de aumento nos três primeiros meses, estavam
69 previstos duzentos e dezessete milhões de reais e arrecadaram duzentos e quarenta e
70 quatro milhões de reais, quase trinta por cento. Os Recursos Vinculados: FUNDEB, SUS
71 e Salário-Educação, foram previstos cento e noventa e seis milhões de reais e arrecadaram
72 cento e noventa e três milhões de reais. O cálculo da Receita Administrada deu uma queda
73 de 1,6% e, no final, 1,2%. Apresentou o comparativo do quadrimestre de dois mil e
74 dezenove e dois mil e vinte. A Receita Própria caiu 5,2%, a explicação é o IPTU, que
75 teriam uma boa arrecadação em março e abril, mas, com a suspensão, houve a queda; os
76 royalties, excelentes em dois mil e dezenove; e as vinculadas foram muito boas. Disse
77 que a receita líquida, em dois mil e dezenove, estava com 5,6% de aumento, então a
78 Secretaria de Fazenda estava no caminho certo quando elaborou o orçamento. O IPTU



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

79 teve uma queda de 46%. O ITBI, apesar de o mercado estar desaquecido, teve um
80 aumento de 30% em relação ao ano passado. O ISS teve uma evolução muito boa e o
81 ICMS, que são os repasses do estado, mas já sentiram a queda em abril, por isso o
82 percentual de 14,7%. Passou para o Previsto e o Arrecadado das Receitas: IPTU previsto
83 ao ano: cinquenta e sete milhões de reais e arrecadaram 28% neste quadrimestre; para o
84 próximo quadrimestre, podem arrecadar mais 28%, vai depender da pandemia. O ITBI
85 foi previsto em nove milhões de reais e arrecadaram 40%. O ISS foi previsto em cinquenta
86 e quatro milhões de reais e foram arrecadados cento e oitenta e nove milhões de
87 reais, 34%. O ICMS foi previsto em duzentos e quarenta milhões de reais e arrecadaram
88 setenta e sete milhões de reais. Disse que, se continuar como nos dois quadrimestres, pode
89 ser que se alcance a receita prevista, mas a tendência não é o que vai acontecer. Colocou
90 que o Brasil já se manifestou hoje sobre a preocupação, que é muito grande. A Receita
91 Própria Bruta Prevista: um bilhão duzentos e vinte e dois milhões de reais e arrecadaram
92 quatrocentos e dez milhões de reais, tem a dedução do FUNDEB, que são as principais
93 receitas, e a principal receita líquida, que é de um bilhão cento e quarenta, e arrecadaram
94 trezentos e oitenta e um milhões de reais, ou seja, foram 33,5%. Arrecadou recursos
95 dos royalties do previsto no ano: 33% e vinculados: 40%; a arrecadação líquida foi de
96 35,1%, ou seja, se continuasse assim, atingiriam facilmente os dois bilhões de reais; mas
97 o mercado não está sinalizando isso, por isso fizeram uma revisão da receita, que é uma
98 recomendação da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal). Falou que, no último ano do
99 governo, o setor de orçamento vai ter que trabalhar dia a dia com a Secretaria de Fazenda,
100 fazendo um monitoramento com a Controladoria Geral, principalmente este ano, que é
101 fim de mandato. Explicou que, em relação à execução das despesas, ao pessoal, à
102 legalidade das questões deste ano, o Controlador Luiz Carlos vai explicar. O Sr. Luiz
103 Carlos saudou todos, explicando que, no primeiro slide, está o comportamento da
104 arrecadação, em cima de um fator que vai nortear toda a arrecadação, que é a receita
105 corrente líquida. Comentou que a LOA de dois mil e vinte foi fixada em dois bilhões
106 trezentos e trinta e seis milhões de reais, em torno de vinte milhões de reais a mais do que
107 no ano passado; o cenário em dois mil e dezenove e até janeiro de dois mil e vinte, o
108 mundo vivia outra realidade. Explicou que a LRF determina revisão porque toda peça
109 orçamentária é composta de uma estimativa de receita e, com essa base de receita, fixa-
110 se a despesa. Como a receita é estimada, eles têm que fazer esse acompanhamento porque
111 pode se realizar ou não. Comentou que já tiveram que fazer uma revisão de quatrocentos
112 milhões de reais, não foi por erro da Secretaria de Fazenda, mas pela pandemia. Disse
113 que o governo federal publicou PIB negativo no primeiro trimestre e há uma estimativa
114 de recessão muito forte. Explicou que a estimativa do orçamento era de dois bilhões de
115 reais, na verdade, é muito menos porque o orçamento total no Município vai ser de um
116 bilhão e oitocentos. Disse que o regime de contribuição própria, que é o MACAEPREV,
117 já corresponde a trezentos milhões de reais, então, nesse orçamento de um bilhão e



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macacá Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

118 oitocentos, duzentos e trinta milhões de reais já ficam no do MACAEPREV, e também
119 tem o orçamento da Câmara, de oitenta milhões de reais. Falou que o Executivo vai ter
120 um pouco menos de um bilhão e meio de reais para administrar a cidade com uma folha
121 de pagamento de um bilhão e cem mil reais. Apresentou o total da Receita Arrecadada:
122 oitocentos e vinte milhões de reais, desses, cento e cinquenta e oito milhões de reais são
123 extra orçamentárias. O Convênio era estimado em dois milhões e duzentos mil reais; já
124 foram arrecadados setecentos e cinquenta milhões de reais; o repasse da Câmara, dos
125 oitenta milhões de reais já foram empenhados setenta e três milhões, liquidados vinte e
126 dois milhões e pagos vinte e um milhões de reais. Apresentou a Receita Corrente Líquida,
127 não é o total da arrecadação, mas grande parte da arrecadação é influente em períodos, o
128 período é de doze meses, vai de maio de dois mil e dezenove a abril de dois mil e vinte.
129 Então, a receita corrente líquida foi de dois bilhões cento e oitenta e oito mil reais, no ano
130 já foi empenhado um bilhão e oitocentos, praticamente a estimativa realizada pela
131 Secretaria de Fazenda, por isso a necessidade desse contingenciamento. Disse que, a
132 grosso modo, são os contratos de natureza continuada de vários setores, da saúde e a folha
133 de pessoal. Falou que já foi liquidado a ordem de seiscentos e quatro milhões de reais e
134 já foram pagos quinhentos e oitenta e dois milhões de reais. Apresentou a despesa de
135 pessoal, o limite máximo de 54%, o limite prudencial é de 51%; desde a apresentação do
136 segundo quadrimestre de dois mil e dezenove, já vem falando que ultrapassaram o limite
137 prudencial, mas conseguiram manter dentro do limite máximo da despesa de pessoal.
138 Disse que, neste quadrimestre, fecharam com índice de 52,31%, a receita corrente líquida
139 de dois bilhões cento e setenta e oito mil reais, mais a despesa de pessoal de um bilhão
140 cento e quarenta e quatro mil reais; não é despesa de pessoal no ano, é a despesa no
141 período de doze meses. Falou que oitocentos e cinquenta milhões foram só a despesa da
142 Saúde e da Educação com a folha, que equivale a 73% da despesa; houve uma redução
143 de cento e quarenta e quatro milhões de reais da receita corrente líquida, ou seja, a base
144 de cálculo encolheu cento e quarenta e quatro milhões de reais e, em compensação, a
145 despesa de pessoal subiu um pouco, noventa milhões de reais. Comentou que a despesa
146 de pessoal do primeiro quadrimestre de dois mil e dezenove foi de um bilhão e cinquenta
147 e cinco mil reais e, neste quadrimestre, foi de um milhão cento e quarenta e quatro mil
148 reais. Informou que são quinze mil servidores: efetivos são treze mil e trezentos;
149 quinhentos e trinta e seis são os extraquadros; mil oitocentos e vinte contratados e nos
150 programas Guarda Mirim, Guarda Sênior e Nova Vida são setecentos e dezesseis.
151 Informou que o investimento em educação tem que ser de 25%, estão com 27,96%. Disse
152 que, no primeiro e no segundo quadrimestre, fazem essa evolução em cima dos valores
153 empenhados, mas a base de cálculo é a receita corrente líquida. Colocou que a Ordem de
154 Grandeza: quatrocentos e setenta e três milhões de reais empenhados e cento e cinquenta
155 e cinco milhões liquidados. Disse que quase 85% da despesa é só pessoal, cento e trinta
156 e um milhões de reais. Alimentação foi pouco mais de três milhões de reais, as aulas estão



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

157 suspensas desde o dia treze de março; da mesma forma, o transporte escolar, de dois
158 milhões e meio, mas o transporte escolar está suspenso. Falou que ingressaram mais sete
159 mil novos alunos e continuam com aproximadamente quarenta mil alunos matriculados
160 na rede. Disse que os investimentos na saúde alcançaram um percentual de 36.60%,
161 quatrocentos e trinta e cinco milhões de reais, pelo índice da Lei Orgânica, que são 15%,
162 que é em cima dos valores diretamente arrecadados, mas também estão enquadrados na
163 ordem de 25%. Comentou que já foram empenhados quinhentos e sessenta e seis milhões
164 de reais, foram liquidados cento e setenta e dois milhões de reais no Fundo Municipal de
165 Saúde. Dentro da Subsecretaria de Saúde, com dezenove milhões, e é cem por cento folha,
166 quatro milhões e seiscentos mil reais já foram liquidados; na Atenção Básica: duzentos e
167 quarenta milhões de reais, foram setenta e sete milhões liquidados; e, na Alta
168 Complexidade, foram trezentos e seis milhões de reais empenhados e liquidados pouco
169 mais de noventa milhões de reais. Colocou que quatrocentos e trinta e três milhões foram
170 empenhados com despesa de pessoal na Saúde e cento e quarenta e quatro milhões pagos,
171 uma média de trinta e seis milhões de reais por mês, o que equivale a quase 84% da
172 despesa da Saúde com folha de pagamento. Disse que os Pontos de Atenção, basicamente,
173 são os mesmos decretos, mas há uma despesa muito grande com despesa de pessoal. O
174 governo do estado anunciou que não terá condições de pagar a folha a partir de setembro
175 e que não vai pagar as gratificações dos servidores da educação que estão em casa, a
176 arrecadação é uma só. Disse que o governo do estado e o governo federal já estão tomando
177 esse tipo de providência sobre a questão do enquadramento. Colocou que, na sanção de
178 socorro aos estados e municípios, o governo federal manteve a vedação sobre qualquer
179 tipo de reajuste; em Macaé, na última audiência que fizeram, já haviam discutido isso.
180 Comentou que não adianta fazer como o estado está fazendo, pois precisam buscar
181 soluções. Falou que todos esses decretos são as evoluções do governo sobre o controle da
182 arrecadação. O Município sofre um pouco em relação à arrecadação dos royalties, é uma
183 fonte de recursos finita, mas necessária e que sofre três variáveis que ninguém controla,
184 que são a produção, a cotação de barril e a do dólar. Lembrou que, desde dois mil e treze,
185 vem cuidando dessa questão. Disse que o decreto impôs o contingenciamento em cem por
186 cento da fonte cem para custear a folha; agora, de forma mais incisiva ainda; e
187 determinaram o contingenciamento das fontes royalties; hoje o Supremo não está
188 colocando em votação a revisão dos royalties, mas estava pautada para abril. Comentou
189 a medida do governo, através do Decreto 069/2020, sobre a revisão das receitas de
190 quatrocentos e cinquenta milhões de reais, isso em cumprimento do artigo 8º da LRF.
191 Disse que a arrecadação do governo federal foi a menor da história do mês de março e
192 está se encaminhando para ser a menor do mês de abril; por simetria, vai acontecer no
193 estado e em Macaé. Colocou que os repasses funcionais do governo federal vão diminuir,
194 os repasses do estado também estão diminuindo. A arrecadação a menos de dezesseis
195 milhões de reais de ICMS vai gerar reflexos fortes no ICMS daqui e no FUNDEB. Falou



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

que é melhor contingenciar e não gerar despesa, como manda a LRF, porque podem deixar de fornecer uma atividade por não serem capazes de gerir o caixa. Destacou que existe uma situação de saúde financeira muito boa, não tem problema de fluxo baixo, mas não vão esperar o dinheiro acabar para cancelar despesas. Colocou que não tem conhecimento de despesas supérfluas no governo. O Município é muito grande, são mais de dois bilhões de reais em despesas, mas vão ter que se adequar a uma realidade de uma receita de um milhão e oitocentos mil reais. Colocou que não é a receita que se adéqua às despesas, ao contrário, alguns contratos serão cancelados, contratos paralisados, e talvez alguns investimentos serão paralisados. Lembrou que o Ministro da Economia disse que agora precisam sobreviver a esta pandemia. Com a palavra, o Vereador Marcel Silvano saudou todos, registrando a presença dos Vereadores Dr. Eduardo, Presidente da Casa, Maxwell Vaz e Julinho do Aeroporto. Disse que é um longo debate da Câmara sobre o longo período de pandemia, inclusive a forma como a Câmara desempenha o seu papel. Colocou que é um momento importante de balanço de quadrimestre, e a participação do Controlador, Luiz Carlos, e do Secretário de Fazenda, Deroce, pode ajudar a entender como determinadas decisões que estão sendo tomadas desrespeitam o diálogo da gestão municipal com as necessidades emergenciais da população neste tempo de pandemia. Comentou que viram os números e foi pontuado que não tem nada de extraordinário, fora do previsto. Perguntou como estão lidando com os contratos de aluguéis. Comentou que o Hotel de Deus era um hotel novo, falido, e a Prefeitura salvou, mas abandonou os idosos nos atendimentos cotidianos, e virou algo que não sabem. Perguntou se os valores do Hotel de Deus e da Casa da Criança foram renegociados e qual tipo de atendimento está acontecendo no espaço da saúde da criança. Comentou que o Polo de Cultura da Fronteira está sob uma grande polêmica. Perguntou como está a questão dos aluguéis em todos os setores. Perguntou de que maneira o governo tem encontrado soluções, decisões e quem decide quais são as medidas administrativas. Lembrou que hoje, na Sessão da Câmara, discutiram sobre os servidores infectados, inclusive nas atividades-fim, e que estão retirando os seus direitos. *Quem toma essas decisões? Qual o diagnóstico da rede de educação, em que os professores em modalidade de dedicação exclusiva que supre vagas em que faltam professores? Pois, sem a dedicação exclusiva, várias unidades escolares não têm condições sequer de funcionar presencial, imagina remoto. (sic) Quem decide isso? Quanto isso significa de economia na folha?* Colocou que vê os cortes, criam auxílios que não chegam para todos, para o trabalhador do comércio foi algo irrisório, e a merenda escolar ainda não atingiu a totalidade de famílias. *Qual foi a decisão sobre a dedicação exclusiva e qual o diagnóstico do impacto na sala de aula, nesta realidade?* Comentou que, de dois mil e dezenove para dois mil e vinte, percebeu uma diferença grande no investimento da educação, em que os valores caem de trezentos e oitenta e cinco milhões para cento e nove milhões. O Sr. Luiz Carlos explicou que, para o índice, vale o que for efetivamente liquidado, o que é pago; não tem como, no primeiro



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

235 quadrimestre, ter gastado mais do que se gastou no ano inteiro anterior. Então, em dois
236 mil e dezenove, foram liquidados e pagos trezentos e oitenta e cinco milhões de reais. No
237 primeiro quadrimestre de dois mil e vinte, foram cento e nove milhões de reais. Explicou
238 que a queda foi devido à suspensão das aulas desde o dia treze de março, não teve merenda
239 nem transporte escolar nas últimas semanas de março e em abril. Respondeu sobre os
240 cortes, não existe gabinete de crise, o fato de que as aulas foram suspensas, seguindo as
241 recomendações de saúde, a DE (Dedicação Exclusiva) é uma complementação do salário
242 para aumento da carga horária. O Vereador Marcel Silvano disse que estão suprindo vagas
243 onde não existe professor, e as aulas não estão suspensas, pois estão de forma remota.(sic)
244 O Sr. Luiz Carlos informou que a Secretaria de Educação poderá explicar melhor, ele só
245 pode dizer os números de despesa com DE, que são um milhão e meio de reais por mês,
246 pois é a função da Controladoria fazer esse acompanhamento mensalmente. Lembrou
247 que, na Secretaria Municipal de Educação, há aproximadamente sete mil servidores e não
248 estão trabalhando em sala de aula, não há escola aberta e, por mais que as aulas estejam
249 acontecendo de forma remota, mas precisam cumprir a carga horária e fizeram concurso
250 com carga horária específica, e isso influencia. Informou que os cortes, não é porque não
251 podem pagar, mas, se o servidor efetivamente não trabalhou, o gestor da pasta não
252 mandou pagar a gratificação; mas não houve imposição do Prefeito para cortar DE. Disse
253 que, apesar de os servidores estarem trabalhando em *home office*, as aulas estão suspensas
254 e não estão na escola dando aula, e talvez não estejam cumprindo a carga horária de outro
255 servidor. Falou sobre a dinâmica do aluguel, pois não é pela pandemia que o Poder
256 Público vai acabar; uma hora, as aulas voltarão, vão ter um novo conceito de normalidade,
257 e justifica devolver um imóvel alugado para escola e saúde porque vai ficar três meses
258 fechado. Comentou sobre o programa no Hotel de Deus, mas que hoje virou um centro
259 de quarentena porque nem todos os contaminados têm como fazer um isolamento social
260 em casa. Falou que, no Hotel de Deus, que atendia os idosos, que são do grupo de risco,
261 diversas atividades tiveram que ser suspensas, mas o programa não parou e, devido aos
262 decretos municipais, as atividades de saúde de rotina, só as necessárias. Explicou que o
263 valor do aluguel é fixado com base no laudo de avaliação, metodologias, elaborado pelos
264 técnicos da Secretaria de Obras, mas não impede de se fazer uma revisão. Destacou que
265 as atividades laborais estão suspensas e não convém, agora, fazer mobilização de fiscal
266 de obras para fazer laudos de avaliação de imóvel; mas isso, no momento oportuno, será
267 feito, e quem faz é o gestor de cada pasta. Colocou que tiveram que reduzir de dois bilhões
268 para um bilhão e oitocentos mil de receitas, essa foi a primeira revisão e, provavelmente,
269 serão mais duas revisões. Explicou que o cenário não ficou tão ruim porque pararam em
270 abril, mas a arrecadação de maio já veio muito menor que todo o governo teve em oito
271 anos. Falou que receberam menos de trinta e cinco milhões, neste mês, de royalties, mas
272 estavam arrecadando sessenta milhões; porém, receberam a produção de março, a
273 produção de abril, com as plataformas hibernando, vão receber em junho, e a tendência é



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

menor ainda. Disse que não vão deixar de pagar ninguém, mas medidas terão que ser tomadas e despesas serão cortadas. Se precisarem devolver o Hotel de Deus, essa medida será tomada. Explicou que, para devolver um imóvel, precisa deixar como pegou. Fechar o hotel é encerrar uma atividade importante; o programa não foi cancelado, apenas suspenso, porque o idoso faz parte do grupo de risco, mas a maneira é quando vai voltar, só com os dados das Secretarias de Saúde e de Desenvolvimento Social. O Sr. Presidente perguntou se houve alguma recomendação ou cobrança do Tribunal de Contas sobre os contratos dos programas que não estão funcionando para suspender ou diminuir o pagamento por algum tempo. O Sr. Luiz Carlos explicou que o Tribunal de Contas não precisa falar, pois está na lei de licitações, só se pode pagar pelo serviço prestado e material efetivamente entregue. Falou que a questão do aluguel é um pouco diferente porque a escola está fechada e não sabem quando vai abrir, mas há várias crianças matriculadas e servidores trabalhando. Explicou que não tinham imóveis ociosos no Município, hoje estão fechados por causa da pandemia. O Tribunal de Contas emitiu uma nota sobre compras sobre a covid-19. Disse que estão cautelosos, prestigiando os pregões eletrônicos, as licitações têm acontecido, estão conseguindo manter os estoques, atendendo com os EPIs para quem está nas barreiras sanitárias. Colocou que fizeram licitação de monitor eletrônico, no portal existe um ícone das compras para a covid-19 e isso atende à lei específica do Tribunal de Contas. Falou que o Tribunal de Contas não mandou nada para encerrar despesas, mas é o gestor que toma a decisão. O Vereador Maxwell Vaz saudou todos, dizendo que é uma pauta importante, é um momento de aprendizado e todos deveriam estar participando. Falou sobre os projetos do Executivo enviados para a Câmara sem o estudo de impacto financeiro, a Câmara vota e depois apresentam as Metas Fiscais. Comentou que os Secretários deveriam estar participando, pois há várias denúncias, na Câmara, do Vereador Dr. Márcio Bittencourt de compras irregulares de aventais e máscaras. Falou que a Secretaria de Obras deveria ter dado o alvará de construção de termoelétrica em janeiro ou fevereiro, e não deram até hoje. Colocou que não há uma equipe para arrecadar, é um sistema muito complexo. Comentou que os dois Secretários presentes têm papéis importantíssimos na administração pública, e respeita o trabalho deles. Colocou que a termoelétrica poderia estar sendo construída desde janeiro para gerar receita, mas está parada, isso tem trazido uma falta de credibilidade para o Município. Parabenizou o trabalho dos secretários presentes, mas o gestor líder deveria convencer os demais secretários a atuarem da melhor forma, que apresentasse um resultado melhor para o Município. Deixou sua preocupação com a queda de arrecadação e com o aumento de despesas. Falou sobre a possibilidade de discutir um plano de retomada da economia e de corte de despesas, pois existem despesas desnecessárias, secretarias como cabides de emprego, não se refere aos servidores públicos, mas a cargos comissionados. O Sr. Luiz Carlos colocou que o governo está atuante, o Prefeito está sempre à frente de todas as medidas. Destacou que a folha de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

313 pagamento é de noventa e cinco milhões de reais, não chega a quatro milhões a despesa
314 com cargo comissionado, e o número de servidores efetivos é muito grande. Informou
315 que, em dois mil e quatro, entraram cinco mil servidores; de dois mil e cinco a dois mil e
316 doze, entraram quase oito mil servidores, quase treze mil servidores que entraram na
317 Prefeitura de Macaé. Disse que desconhece o inchaço, mas estão abertos a debates. O
318 Vereador Julinho do Aeroporto saudou todos, dizendo que a previsão orçamentária é de
319 dois bilhões e quatrocentos milhões de reais. *Mas, diante do que está acontecendo, qual*
320 *a previsão até o final de dois mil e vinte?* Comentou que houve queda de quase quarenta
321 por cento nos recursos recebidos no mês passado e que, no próximo mês, terão uma queda
322 maior, já existe uma despesa consolidada, mas uma nova previsão de um bilhão e
323 duzentos mil reais com pessoal. *Como o governo pretende garantir o salário dos*
324 *servidores sem prejuízo e se há uma intenção de reforma administrativa?* Lembrou que
325 o Vereador Maxwell Vaz comentou que qualquer economia que o governo fizer agora
326 será boa. Falou que estavam esperando mais uma liberação, mas, devido ao aumento de
327 pessoas infectadas, não houve liberação, é uma atitude coerente. *Qual a previsão para*
328 *dois mil e vinte e há um plano para garantir o salário dos servidores?* Disse que se fala
329 da arrecadação de dois bilhões e quatrocentos milhões de reais, mas existe a despesa
330 consolidada. Falou sobre o auxílio de duzentos reais, em que a Câmara ajudou, há o
331 auxílio para o comércio de oitocentos reais, mil reais para os garçons e os taxistas, e mais
332 mil reais para os cooperativados. *Qual o tamanho da despesa e posição até o momento?*
333 O Sr. Luiz Carlos disse que a receita estimada foi de dois bilhões e trezentos mil reais,
334 mas foi revisada pelo Decreto 69/2020 e caiu para a ordem de quatrocentos e cinquenta
335 milhões de reais. Então, a receita revisada é de um bilhão oitocentos e oitenta e cinco
336 milhões de reais. A LRF determina que, bimestralmente, o órgão fazendário faça o
337 acompanhamento da arrecadação. Explicou que, em dois mil e dezenove, os técnicos da
338 Secretaria de Fazenda, com base nos dados, estimaram uma arrecadação de dois bilhões
339 e trezentos milhões de reais, mas aconteceu a pandemia, a Casa Legislativa aprovou o
340 orçamento, foi publicado e entrou em execução. Porém, em fevereiro e março, a OMS
341 (Organização Mundial de Saúde) decretou a pandemia, e já cumprindo o artigo 8º da LRF
342 foi feita essa revisão, essa foi a primeira, provavelmente haverá umas três. Disse que o
343 orçamento não é mais de dois bilhões e trezentos milhões de reais, agora é de um bilhão
344 oitocentos e oitenta e cinco milhões de reais, com base nessa revisão, mas nem todo o
345 orçamento estava comprometido. Falou que algumas licitações de construções de obras
346 novas foram todas paralisadas, revisando as despesas atuais, porque não sabem quanto
347 será o fundo do poço. Explicou que a maior despesa é com pessoal, que já chegou a um
348 bilhão duzentos e cinquenta milhões de reais, agora está no valor de um bilhão cento e
349 quarenta e quatro milhões de reais no período de doze meses. Lembrou que, no primeiro
350 quadrimestre de dois mil e dezenove, essa despesa já foi de um bilhão e cinquenta e cinco
351 milhões, não houve concurso público, houve algumas contratações por causa da



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

352 pandemia. Informou que servidores contaminados são encaminhados ao instituto de
353 previdência, como manda a lei. O Prefeito está tendo muita compreensão para não ficar
354 só como um fiel executor de lei. Explicou que a despesa oscila dentro da margem. Citou
355 como exemplo as férias dos professores, que ocorrem em julho e dezembro,
356 historicamente a folha de janeiro é mais alta por causa das férias, mas não podem garantir
357 que em janeiro de dois mil e vinte terão férias. Colocou que a despesa com pessoal vem
358 sendo acompanhada há algum tempo, sempre fala nas apresentações de quadrimestre.
359 Explicou que, nas apresentações de decreto, as fontes cem estão direcionadas a
360 pagamento de folha, justamente para não correr o risco de não ter orçamento para custear
361 essa despesa, a folha já foi toda empenhada no fim do ano, está em exercício. Comentou
362 que Campos terminou, pagou o décimo terceiro em março, estão com problema de
363 pagamento de servidor, mandaram todos os RPAs embora, cortaram a luz de diversas
364 escolas no Município. Disse que a gestão de Macaé trabalha com planejamento, pois não
365 vão deixar acabar o dinheiro para fazer o corte. Falou sobre a importância de o orçamento
366 de Macaé ser bilionário; porém, é preocupante se enganar, pois, no ano passado, tiveram
367 dois bilhões de reais de arrecadação de orçamento e execução orçamentária, mas viraram
368 com dinheiro em caixa porque não foram executados dois bilhões e trezentos milhões.
369 Colocou que é com essa gestão eficiente e soma em caixa que estão cobrindo os eventuais
370 déficits, mas vão continuar para manter o equilíbrio de receitas e despesas para não faltar
371 dinheiro. O Contador Cláudio saudou todos, perguntando se chegou algum recurso, em
372 Macaé, sobre a promessa do governo federal de ajudar os estados e municípios. Perguntou
373 se veio carimbado e se vem tudo de uma vez. O Sr. Luiz Carlos explicou que foi
374 sancionado agora, mas o governo federal tem cento e vinte dias para fazer o repasse, a
375 partir de junho, vão fazer ao FPM (Fundo de Participação dos Municípios), é algo em
376 torno de vinte e sete milhões de reais; e cem por cento destinados à Saúde; e serão quatro
377 parcelas: junho, julho, agosto e setembro. Comentou que o auxílio-alimentação dos
378 alunos seria de cem reais, mas a Câmara dobrou para duzentos reais; porém, a Câmara só
379 mandou cinco milhões de reais até agora e o custo é de quatro milhões por mês. Perguntou
380 se a Câmara vai mandar mais algum tipo de repasse. O Sr. Presidente informou que vai
381 verificar, pois a Câmara só pode remanejar sessenta por cento do que o Fundo tem, tirando
382 o que já está comprometido, mas fez as contas de oito milhões. O Sr. Luiz Carlos
383 justificou que o auxílio de cem reais custaria quatro milhões de reais por mês, como a
384 Câmara dobrou, passou para oito milhões; sendo assim, são três parcelas de oito milhões
385 de reais, doze milhões para a Prefeitura e doze milhões para a Câmara, mas a Câmara só
386 enviou cinco milhões de reais até o momento. O Sr. Presidente explicou que não havia
387 entendido assim, mas vai ver. O Sr. Luiz Carlos disse que é muito importante. O Vereador
388 Marcel Silvano colocou que, na fala sobre o Hotel de Deus, ficou muito forte a
389 importância do espaço, pois não estava falando de entregar o prédio, mas de negociar os
390 valores com o proprietário e também o imóvel da Casa da Criança. Lembrou que a



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

discussão ficou no Hotel de Deus, mas a discussão do idoso não se esgotou por conta do Centro de Convivência do Idoso na Ajuda, que foi desmobilizado e não custava aluguel. Falou que os professores estão exercendo suas funções, estão tentando contato com seus alunos através do WhatsApp ou de mecanismo que a Prefeitura disponibilizou. Perguntou se, com a decisão da DE, houve uma leitura que embasasse que a ausência dos professores e dos alunos, que precisam receber conteúdo, mas não estão recebendo, pois corre o risco de o ano letivo não ter validade, então, o custo vai ser muito maior. Questionou se houve uma avaliação sobre isso e se a Secretaria de Educação participou da decisão. Perguntou se houve queda no subsídio do transporte público e se está sendo pago. Perguntou se as compras emergenciais da Saúde passam pela Controladoria. Disse que ficaram estranhas as denúncias que aconteceram, mas até hoje não houve esclarecimentos de compra de aevental com valores exorbitantes e aquisição de máscaras para os funcionários da Saúde que não eram adequadas para a atuação deles. Perguntou se essas compras emergenciais passam pela Controladoria ou se a Secretaria de Saúde, na pandemia, pode fazer tudo. O Sr. Luiz Carlos respondeu sobre a Secretaria de Educação, pois o governo federal ainda não definiu a questão do calendário escolar, assim como o ENEM; não existe data para o fim da pandemia, quando vai ter vacina e nem quando vai ser a volta do "normal". Comentou que São Paulo acabou de publicar um plano da liberação; no Rio de Janeiro não há essa discussão; em Macaé há essa discussão e com a participação do Ministério Público, mas não sabe se, quando as aulas voltarem, vão caber no ano, ou quando vão voltar. O Vereador Marcel Silvano colocou que as aulas estão acontecendo no modelo que a Secretaria de Educação ofereceu, algumas decisões estão preconizando as aulas e corre o risco de o ano letivo ser perdido. O Sr. Luiz Carlos explicou que, de sete mil servidores da Educação, mil e trezentas pessoas recebem DE; a questão da ordenação de despesas é do ordenador, é a Secretaria de Educação que diz se vai ou não pagar DE, mas, para tomar essa decisão, ela precisa saber e analisar a lei municipal aprovada nesta Casa que criou a DE. Comentou que as vídeo aulas e outras atividades que estão acontecendo são medidas paliativas para não haver uma paralisação total da rede, mas não podem acreditar que vão ficar nessa situação até o fim do ano. Sugeriu que solicitassem esses dados técnicos direto com a Secretaria de Educação, pois a Audiência Pública é para apresentação das Metas Fiscais. O Vereador Marcel Silvano questionou se houve uma análise da Secretaria de Educação para os cortes da DE ou se foram eles que pediram para cortar e se interfere no ano letivo. O Sr. Luiz Carlos disse que avalia a didática. O Vereador Marcel Silvano questionou o custo. O Sr. Luiz Carlos falou que o ofício-circular que o vereador mencionou foi feito pelo Controlador Geral do Município para os ordenadores de despesas, foi um ofício orientativo, esclarecendo sobre as gratificações em decorrência de exercício de função; por exemplo: uma pessoa que recebe insalubridade, mas está em casa, então, não faz jus a receber se não está em local insalubre. Colocou que, sobre a DE, só a Secretaria de Educação, como gestora, pode



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

430 tomar essa decisão, ela encaminhou a folha para os Recursos Humanos e só ela poderá
431 responder. Respondeu sobre a SIT, o repasse tem vindo menor; no último mês, foi apenas
432 um milhão e seiscentos mil reais de subsídio; o repasse é antecipado, sempre do mês
433 anterior e, como a circulação é cada vez menor, podem chegar a não pagar nada. Sobre
434 as compras da Saúde, em determinação do Tribunal de Contas, a central de controle tem
435 duas unidades centralizadas: uma na educação e outra na saúde; então, não há despesa
436 que não passe pela análise da Controladoria. Disse que vai à Saúde todos os dias, pois é
437 lá que fazem todos os pagamentos da Saúde. Na Educação, eles encaminham os processos
438 para a Prefeitura, onde se faz a tramitação. Afirma que desconhece compras
439 superfaturadas, todas as compras foram seguindo padrões, e trabalham com pregões
440 eletrônicos, o mesmo do Ministério da Saúde e do governo federal, que é gratuito.
441 Colocou que, esta semana, fizeram uma através de pregão eletrônico, e a Philips Brasil é
442 que ganhou; mas, se o ganhador do pregão não efetuar a entrega de acordo, a fiscalização
443 atua. Informou que não estão com problemas de desabastecimento, não trabalharam com
444 falta de planejamento, compraram setenta respiradores no ano passado, e não foi
445 decorrente da covid-19, havia saldo da ata e foi solicitado, não foi compra emergencial;
446 houve algumas compras emergenciais no início devido ao aumento do uso de álcool em
447 gel, por exemplo. Explicou que todas as licitações passam pelo Tribunal de Contas, mas
448 existe fornecedor que tenta entregar material fora da especificação, e o almoxarifado
449 devolve ou recebe, provisoriamente, amostra, pois os equipamentos de proteção
450 individual passam por um setor específico dentro do HPM. Destacou que a ANVISA
451 liberou registros de alguns materiais, antes só poderiam fazer licitações dos produtos de
452 EPI descartáveis liberados; então, as empresas que não tinham registros começaram a
453 trabalhar com isso, que são os casos das máscaras caseiras; mas as empresas que não têm
454 certificados da ANVISA estão tentando participar e vender esse tipo de material. O
455 Vereador Maxwell Vaz comentou que a máscara que foi distribuída para a Saúde, na
456 embalagem estava escrito que não era para uso na área de saúde e não tinha registro da
457 ANVISA. Colocou que alguns contratos vêm com objeto e outros não, o extrato de
458 contrato de valores da Fiel do dia vinte e dois de maio apresentou os valores empenhados,
459 no contrato não tem o tipo e a quantidade de veículos contratados. Disse que, na planilha,
460 são dois micro-ônibus e o salário mensal de cada motorista no valor de dezessete mil
461 reais, então, tem um superfaturamento em algum lugar. Colocou que sabe que é difícil,
462 para o Controle Interno, ver tudo; por isso é que os secretários deveriam participar, pois
463 isso é da Saúde, para o Secretário Adjunto de Atenção Básica. Comentou que é um
464 contrato que precisa ser visto, é muito lugar que vaza dinheiro, porque não é dinheiro da
465 Prefeitura, é dinheiro do povo, o Prefeito e os Secretários fazem a gestão. Falou que o seu
466 mandato sempre contribuiu com informações, mas que nunca foram ouvidas; a não ser as
467 que passaram pelo Ministério Público. O Sr. Luiz Carlos explicou que o contrato
468 mencionado é sobre o fretamento de ônibus da Saúde, com dois micro-ônibus que levam

Página 12 de 14



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

469 os pacientes. Comentou que a Unidade Centralizada da Saúde teve acesso e, no contrato,
470 nem tem como trazer o total detalhado e o conteúdo do objeto, mas está no termo de
471 referência de licitação. Explicou que o objeto desse contrato é fretamento, são dois
472 ônibus, mas não quer dizer que sejam dois motoristas; nas viagens vão dois motoristas
473 por viagem e por ônibus, então, o valor apresentado é o valor que a empresa tem para
474 custear quantos motoristas forem necessários. O Vereador Maxwell Vaz comentou que
475 deveriam colocar quatro, e não dois motoristas. O Sr. Luiz Carlos explicou que esse
476 detalhamento corresponde ao custo do motorista, o custo do veículo e do seguro; isso é
477 uma determinação do Tribunal de Contas, é o detalhamento do custo unitário, pois, se
478 houver problema no contrato, vão saber o valor da despesa com motorista, com veículo e
479 com seguro. Colocou que essa licitação foi publicada, enviado o edital e autorizado pelo
480 Tribunal de Contas, licitação realizada e contrato encaminhado para o Tribunal de Contas;
481 o órgão central atuou, o contrato teve pesquisa de mercado; e não se lembra se houve
482 questionamento, pois não é novo, se houve aditivo, mas vai pedir para verificar o contrato.
483 O Vereador Julinho do Aeroporto comentou que o Vereador Maxwell Vaz quer ajudar, a
484 preocupação é também sobre o transporte escolar porque existe uma armadilha dentro do
485 objeto, que fala de ônibus e apresentam micro-ônibus, pois fica no valor menor do que o
486 de um ônibus. Colocou que tem que ser revisto, pois a intenção é economizar porque o
487 momento é muito difícil. Pediu que o secretário olhasse o objeto da licitação do transporte
488 escolar, pois está ônibus, e trazem um micro-ônibus, é uma armadilha. Parabenizou o
489 Vereador Maxwell Vaz, mas tem a certeza de que o Controlador irá verificar essa questão.
490 Lembrou a previsão orçamentária de dois mil e vinte, no valor de dois bilhões e duzentos
491 milhões de reais, mas, com a revisão, caiu para um bilhão oitocentos e oitenta e cinco
492 milhões de reais. Então, foi informado que a despesa de pessoal é de um bilhão e duzentos
493 mil reais, vão sobrar seiscentos e sessenta e cinco milhões de reais. Perguntou para onde
494 será destinado o que sobrou, pois tem a MACAEPREV, a Câmara e outros setores;
495 sabendo que, até o final do ano, esse valor pode reduzir. Citou a lei do coronavírus nº
496 13.979, que foi sancionada pelo Presidente da República no dia seis de fevereiro e que dá
497 ao gestor o poder para efetuar as compras que achar necessárias para o Município.
498 Lembrou que, em dois mil e dezenove, houve a compra de setenta respiradores. Perguntou
499 qual foi o valor desses respiradores. Disse que os preços variam, os preços estão subindo
500 de acordo com a demanda, mas, na necessidade, os prefeitos acabam comprando e terão
501 como justificar porque a lei dá esse direito. Colocou que não podem esperar um processo
502 de licitação, pois os hospitalizados precisam em caráter emergencial, e tem a certeza de
503 que o Prefeito está agindo dentro da lei. O Sr. Presidente disse que tem a certeza de que
504 não vai custar duzentos e cinquenta mil reais cada respirador e também acredita que já
505 chegaram; mas o governo do estado comprou por duzentos e cinquenta mil reais cada
506 respirador e não chegaram, já foram pagos; e a Prefeitura de Macaé paga atrasado, recebe
507 e não custou esse valor. O Sr. Luiz Carlos disse que foram setenta e dois respiradores



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

508 comprados, foi em torno de setenta mil reais aproximadamente, mas foram comprados
509 em dois mil e dezenove. O Sr. Presidente lembrou que ligou para Dr. Leandro sobre uma
510 questão pessoal, mas o mesmo comentou que compraram os respiradores por,
511 aproximadamente, setenta mil reais cada. O Sr. Luiz Carlos informou que foram feitas
512 duas compras, duas atas, a segunda ata pediu em janeiro e já foi entregue; são
513 aproximadamente cem respiradores na rede, só compraram no início do ano e não
514 precisaram comprar nestes três meses. Respondeu ao Vereador Julinho do Aeroporto em
515 relação ao orçamento; pois, em relação aos seiscentos e oitenta e cinco milhões de reais,
516 duzentos e cinquenta milhões são do MACAEPREV e oitenta milhões de reais da
517 Câmara. Então, para o Município sobra um pouco mais de trezentos milhões de reais.
518 Explicou que, em relação aos ônibus, a empresa, quando entregou os ônibus, os fiscais
519 analisaram para ver se estavam adequados ao termo de referência. Comentou que não tem
520 conhecimento se, no documento do veículo, vem escrito ônibus ou micro-ônibus, no
521 termo de referência, vem detalhado, mas não renovariam o contrato se não estivesse
522 adequado, é feito um controle rigoroso, pois precisam saber quem está indo na viagem,
523 seguindo as normas da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres). Agradeceu
524 o espaço e a parceria da Câmara na apresentação das Metas Fiscais. Isso não é só uma
525 formalidade da lei, é o momento para tirar as dúvidas e divulgar novas ações. O Sr. Deroce
526 agradeceu o espaço neste momento histórico, a Secretaria de Fazenda está à disposição e
527 podem mandar o dinheiro que estão aceitando. O Sr. Presidente agradeceu a presença dos
528 vereadores. O Vereador Julinho do Aeroporto perguntou se a revisão do orçamento é um
529 decreto. O Sr. Luiz Carlos respondeu que é a Lei Complementar nº 101, a LRF, no artigo
530 8º, que determina o acompanhamento das cotas, mas não estão mexendo na LOA, que
531 continua com dois bilhões e trezentos milhões de reais; por decreto, fazem a revisão das
532 cotas financeiras, que foram reduzidas para um bilhão oitocentos e oitenta e cinco mil
533 reais, então, como não liberam cotas financeiras, não liberam o orçamento, ele fica
534 contingenciado. O Sr. Presidente agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a
535 ser tratado, o Sr. Presidente, em nome de Deus, encerrou a Audiência Pública,
536 determinando a lavratura da presente Ata, conforme segue, regimentalmente assinada,
537 estando a gravação integral da Audiência Pública à disposição em meio digital.

Erecedor Caej